



CONTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0022/2026

CONTRATO Nº 0021/2026

O **CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 5ª REGIÃO**, Autarquia Federal, com sede nesta cidade, na Av. Itaquí, nº. 45, CEP. 90460-140, inscrita no CNPJ 92.909.068/0001-06, pessoa jurídica de Direito Público, neste ato representado por seu Presidente Estevão Segalla, designados CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa **S. L. B. CANCELLI & CIA LTDA**, com sede na Rua Visconde de Pelotas, Nº 231, Bairro Passo da Areia – Porto Alegre/RS, CEP 91.030-530, inscrita no CNPJ sob o nº 94.544.434/0001-04, neste ato representada por seu representante legal Sr(a) Fabio Mallmann Cancelli, inscrito(a) no CPF sob o nº 027.558.730-43, doravante designada CONTRATADA, resolvem firmar o presente Instrumento Contratual com fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, de acordo com a proposta vencedora da Dispensa de Licitação nº 0022/2026, que se realizou em conformidade com a Lei 14.133/21 e das Leis Complementares nº 123/06 e 198/23 e suas alterações, além das exigências estabelecidas no Edital referido.

CLÁUSULA PRIMEIRA (OBJETO):

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza, higienização e desinfecção dos reservatórios de água potável das sedes do CRQ-V, conforme quantidades, especificações, condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência da presente contratação.

1.2. Integram este contrato, independentemente de transcrição:

- 1.2.1.** O Termo de Referência;
- 1.2.2.** A proposta da CONTRATADA;
- 1.2.3.** O ato que autorizou a contratação;
- 1.2.4.** Eventuais anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA (PRAZO E VIGÊNCIA DO CONTRATO):

2.1. A prestação dos serviços objeto deste Contrato terá início a partir de sua assinatura, com vigência de 12 (doze) meses, compreendendo a execução de 02 (duas) etapas.

- 2.1.1.** A primeira etapa dos serviços deverá ser executada no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, contados da data de assinatura do Contrato.
- 2.1.2.** A segunda etapa deverá ser executada após o intervalo de 06 (seis) meses, contados da conclusão da primeira etapa, observando-se o cronograma estabelecido neste Contrato.

2.2. Os serviços deverão ser executados nas seguintes unidades da CONTRATANTE, mediante agendamento prévio com o fiscal do contrato e observância das normas internas de acesso, segurança e funcionamento.

- 2.2.1.** Avenida Itaquí, nº 45, Bairro Petrópolis, Porto Alegre/RS, CEP 90460-140, contemplando 01 (um) reservatório com capacidade de 3.000 (três mil) litros e 01 (um) reservatório com capacidade de 1.000 (mil) litros.
- 2.2.2.** Rua Bernardo Pires, nº 128, Bairro Santana, Porto Alegre/RS, CEP 90620-010, contemplando 01 (um) reservatório com capacidade de 12.000 (doze mil) litros, 01



(um) reservatório com capacidade de 10.000 (dez mil) litros e 01 (um) reservatório com capacidade de 8.000 (oito mil) litros.

2.3. Os serviços poderão ser executados em datas distintas em cada unidade da CONTRATANTE, desde que previamente acordados entre as partes e respeitados os prazos estabelecidos para cada etapa de execução.

2.4. A vigência da prestação de serviços compreenderá todas as atividades necessárias à execução do objeto contratado;

2.5. As datas e os horários previamente agendados para a execução dos serviços poderão ser alterados, mediante justificativa e concordância entre as partes, desde que a alteração seja formalmente comunicada com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis da data previamente agendada e não comprometa os prazos de execução previstos neste Termo de Referência;

2.6. A não prestação dos serviços ou atraso no seu início, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, podendo ser responsabilizada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

CLÁUSULA TERCEIRA (DO VALOR, PAGAMENTO E REAJUSTE):

3.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de **R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)** pela execução dos serviços objeto deste Contrato.

3.2. O pagamento será efetuado em **02 (duas) parcelas de igual valor**, correspondentes a **50% (cinquenta por cento) do valor total contratado cada uma**, sendo a primeira parcela referente à primeira etapa e a segunda parcela referente à segunda etapa dos serviços.

3.3. Cada parcela será paga em até **15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento da respectiva **Nota Fiscal**, do **Certificado de Execução dos Serviços**, do documento de responsabilidade técnica emitido pelo conselho profissional competente (**AFT, ART ou equivalente, conforme a legislação aplicável**) e do **atesto do fiscal do contrato**, referentes à respectiva etapa executada.

3.4. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada por meio eletrônico ao seguinte endereço de e-mail institucional: financeiro@crqv.org.br;

3.5. Nos casos de contratação contínua, em anexo à Nota Fiscal, deverão constar as 05 (cinco) CNDs – Certidões Negativas de Débito: Tributos Federais/INSS; FGTS, Débitos Trabalhistas, Estadual e Municipal;

3.6. O documento de cobrança deverá ser emitido em nome da CONTRATANTE, trazendo o número do empenho e o processo a que este se refere, conforme segue:

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 5ª REGIÃO

Endereço: Av. Itaquí, nº. 45, Bairro Petrópolis CEP 90460-140, Município de Porto Alegre/RS
CNPJ: 92.909.068/0001-06

Contratação nº.: D.L.0022/2026

3.7. O contrato será executado sob o regime de empreitada por preço global, pelo qual a CONTRATADA se obriga à execução integral do objeto pelo valor total pactuado, assumindo os riscos inerentes às variações de quantitativos necessários à sua plena execução, sendo a remuneração vinculada ao resultado final ou às etapas previamente definidas, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência e na proposta apresentada;

3.8. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico financeiro do Contrato poderá ser



promovida, a qualquer tempo, a revisão do preço inicialmente contratado, desde que em eventuais solicitações a CONTRATADA comprove a superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato;

3.9. Regular-se-á o reajustamento observando-se o interregno mínimo de 12 (doze) meses para a primeira repactuação, que será contado a partir:

3.9.1. Da data limite para apresentação das propostas constantes do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

3.9.2. Da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

3.10. Fica fixado para o reajustamento o IPCA ou outro que venha a substituí-lo;

3.11. Os pedidos de repactuação e restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverão ser analisados e respondidos pela CONTRATANTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da apresentação completa da documentação pela CONTRATADA;

3.12. A CONTRATANTE, não quitando as faturas no seu vencimento, será considerada inadimplente, e a ela será imputada uma multa de um décimo por cento do valor do contrato por dia de atraso, decorrido entre a data do início da inadimplência e o efetivo pagamento acrescido de juros de mora numa taxa geométrica de um por cento (1%) ao mês. E será utilizado para correção das faturas em atraso será utilizado o índice do IGP-M, divulgado pela FGV;

3.13. O pagamento será efetuado em conta corrente da CONTRATADA, após fluxo administrativo de conferência e do ateste da qualidade do produto/serviço recebido. Estando às mesmas em condições, serão encaminhadas para pagamento;

3.14. O pagamento será efetuado mediante transferência eletrônica nas seguintes formas:

3.14.1. TED: Banco Inter (077) – Agência 0001 – Conta 11427940-3;

3.14.2. CHAVE PIX: 94.544.434/0001-04 (CNPJ).

3.15. O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente da CONTRATADA, devendo esta informar o número do Processo Licitatório, número do Contrato, Nome e Número da Conta Corrente e da Agência, como também registrá-los no próprio Recibo Fiscal.

CLÁUSULA QUARTA (DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA):

4.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: 6.2.2.1.1.33.90.39.099 – Outros Serviços de Terceiros – P. J. – Não Especificados.

CLÁUSULA QUINTA (DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE):

5.1. Proporcionar à CONTRATADA todas as facilidades necessárias à boa execução do objeto da contratação e designar um representante para acompanhar o contrato e para dirimir dúvidas a ele vinculadas;

5.2. Efetuar os pagamentos devidos em função do usufruto do objeto, estritamente de acordo com o disposto neste termo;

5.3. Receber e conferir as notas fiscais emitidas pela CONTRATADA;

5.4. Comunicar à CONTRATADA, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade,



imprecisão ou desconformidade verificada na execução do contrato;

5.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.6. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações do mesmo;

5.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

5.8. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade da entrega do objeto, pela CONTRATADA;

5.9. Efetuar pagamento total da prestação, de exclusiva responsabilidade da CONTRATANTE, no prazo e forma estabelecidos neste Termo e no Contrato.

CLÁUSULA SEXTA (DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA):

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

6.2. Realizar todos os serviços relacionados com o objeto deste contrato, de acordo com as especificações estipuladas pela CONTRATANTE, nos anexos do instrumento contratual;

6.3. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação;

6.4. Comprovar a regularidade fiscal, mediante a apresentação, quando solicitado, dos documentos relacionados no edital, dentro da validade;

6.5. Responsabilizar-se por danos diretos, mediatos ou imediatos, extravios ou prejuízos causados à CONTRATANTE;

6.6. A CONTRATANTE poderá reter pagamentos que possibilitem o ressarcimento de danos causados, observada a ampla defesa e o contraditório;

6.7. Refazer às suas expensas, todo o fornecimento inadequadamente realizado, a critério da Fiscalização da CONTRATANTE, sem alteração do prazo de execução do Contrato;

6.8. Prestar esclarecimentos que lhes forem solicitados e atender prontamente as indagações sobre a execução do objeto contratual;

6.9. Responder pelos atos e omissões de seus prepostos, empregados e demais pessoas que utilizar na execução deste Contrato;

6.10. Responder perante a CONTRATANTE por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, no cumprimento das obrigações de sua responsabilidade ou por erros em qualquer fornecimento, do objeto deste contrato;

6.11. Fazer prova junto a CONTRATANTE, de acordo com os critérios estabelecidos por sua fiscalização, e sempre que solicitada, do fiel cumprimento de todas as obrigações aqui mencionadas, e aquelas exigidas quando da habilitação, em especial encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

6.12. Não proceder qualquer modificação não prevista no Termo de Referência, sem consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE;

6.13. Prestar o fornecimento do objeto disponibilizando os serviços, pessoal, equipamentos e acessórios necessários à adequada execução do contrato, em número suficiente para atendimento dos prazos estabelecidos pela CONTRATANTE e das especificações contidas no contrato;

6.14. Manter os dados atualizados junto à CONTRATANTE;



- 6.15.** Executar dentro da melhor técnica e qualidade os serviços necessários à realização do objeto deste Termo;
- 6.16.** Cientificar imediatamente e por escrito a CONTRATANTE sobre qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto contratual;
- 6.17.** Cumprir fielmente o que foi solicitado, não transferindo a terceiros;
- 6.18.** Emitir Nota Fiscal/Fatura, relativa à prestação do serviço/produto, contendo todos os dados necessários ao seu pagamento, mensalmente, quando for autorizado pela CONTRATADA;
- 6.19.** A CONTRATADA deverá cumprir, durante toda a execução do contrato, as exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA (PENALIDADES):

7.1. O atraso na execução do Contrato, salvo se ensejada por motivo de força maior ou caso fortuito, sujeitará à contratada a multa de mora, na forma prevista no art. 162 da Lei nº 14.133/21;

- 7.1.1.** A multa de mora será de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, limitada a 20% (vinte por cento), do valor global da contratação;
- 7.1.2.** A aplicação de multa de mora à contratada não impede a rescisão unilateral do contrato pela administração, nem a aplicação das outras sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/21.

7.2. A inexecução total ou parcial deste Contrato poderá sujeitar ainda a CONTRATADA, garantida a prévia defesa, às penalidades previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/21, quais sejam:

- 7.2.1.** Advertência;
- 7.2.2.** Aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato;
- 7.2.3.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 03 (três) anos;
- 7.2.4.** Declaração de inidoneidade de participação em licitação ou contratar com a Administração Pública, por prazo de mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, a ser fixado conforme as circunstâncias do caso concreto, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- 7.2.5.** As sanções previstas nas alíneas '6.2.1.', '6.2.3.' e '6.2.4.' deste item poderão ser aplicadas juntamente com as da alínea '6.2.2.'.

7.3. As multas previstas nesta cláusula serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou cobrada judicialmente;

7.4. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exime a CONTRATADA da indenização por prejuízos causados à CONTRATANTE em razão da demora ou da inexecução contratual. As indenizações correspondentes serão devidas à CONTRATANTE, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA OITAVA (EXTINÇÃO CONTRATUAL):

8.1. Este Contrato poderá ser extinto, caso ocorram quaisquer dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº. 14.133/21.

8.2. No caso de rescisão do contrato, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas no edital e às consequências descritas no art. 139 da Lei nº. 14.133/21, quando couber.



CLÁUSULA NONA (MATRIZ DE RISCO):

9.1. Não se aplica matriz de risco à presente contratação, em razão da natureza e baixa complexidade do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA (GARANTIA CONTRATUAL):

10.1. Não será exigida garantia contratual para esta contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA (GESTOR DO CONTRATO):

11.1. A Administração nomeia o (a) servidor (a) Jonatan Teixeira Witzel (Setor de Licitações do Conselho Regional de Química da 5ª Região), para que na função de gestor do contrato acompanhe o andamento do mesmo, exija o cumprimento do pactuado, trate das eventuais alterações, comunique à CONTRATADA as eventuais faltas ou irregularidades no atendimento ao objeto do contrato, recuse os serviços em desacordo com o contratado, receba as informações do fiscal, seja a interface com a CONTRATADA e emitirá as advertências por descumprimento ao pactuado, a fim de promover as notificações e sanções cabíveis, na busca do melhor atendimento do objeto pretendido e a efetiva execução, bem como dê providências nas obrigações da ADMINISTRAÇÃO. Todas as comunicações relativas ao objeto licitado serão consideradas como regularmente feitas se entregues ou enviadas por carta registrada, telegrama ou correio eletrônico (e-mail).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA (FISCAL DO CONTRATO):

12.1. A Administração nomeia o (a) servidor (a) Mateus Pimentel de Vargas (Chefe do Departamento de Serviços Gerais do Conselho Regional de Química da 5ª Região), para que na função de fiscal do contrato acompanhe a execução dos serviços, no local onde ocorrerem, realizando as conferências, as medições e relatórios que conterão pormenorizadamente as atividades que foram ou não efetivadas, a fim de instruir o Gestor do Contrato. Caberá à fiscalização o acompanhamento dos trabalhos visando verificar o atendimento total das obrigações deste contrato. A fiscalização terá poderes para proceder qualquer determinação que seja necessária a perfeita execução dos serviços, e não terá ingerência sobre os profissionais da CONTRATADA, que deverá dispor de Preposto para a intermediação dos mesmos. A fiscalização, não isenta a CONTRATADA das responsabilidades assumidas com a celebração do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA (DISPOSIÇÕES GERAIS):

13.1. Ficam a CONTRATANTE autorizada a descontar de quaisquer créditos da CONTRATADA as importâncias referentes a multas ou prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros.

13.2. À CONTRATADA é vedado prestar informações a terceiros sobre a natureza ou andamento do objeto deste Contrato, divulgar dados técnicos, documentos, ilustrações ou qualquer material relativo ao objeto deste Contrato, salvo com autorização por escrito da CONTRATANTE, que deverá ter conhecimento antecipado da matéria a ser divulgada.

13.3. A CONTRATANTE e a CONTRATADA não poderão prevalecer de acordos ou entendimentos que possam alterar qualquer disposição deste Contrato, senão quando celebrados, por escrito, entre os representantes da CONTRATANTE e o(s) representante(s) legal(is) da CONTRATADA, devidamente credenciado(s).

13.4. O Contrato global ou qualquer parte dele, ou qualquer importância devida ou que venha a sê-lo, não poderá ser subcontratado, cedido, caucionado, transferido ou de outra forma



comprometido.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA (FORO):

14.1. Fica eleito o foro de Porto Alegre, do Estado do Rio Grande do Sul, para quaisquer questões ou conflitos decorrentes do presente Contrato.

14.2. E assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas instrumentais.

Porto Alegre/RS, 25 de agosto de 2026.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Estevão Segalla
Presidente do CRQ-V

Fabio Mallmann Cancelli

Administrador/Sócio

TESTEMUNHA

Nome: Erisson Carlosso de Oliveira
CPF: 025.546.970-51

Nome: Louise Veronezi Gigante
CPF: 042.159.000-93